



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE MATERIAL - NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 143783422/2025-NUMAT/SELOG/SR/PF/PE

Processo nº 08400.011234/2025-48

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos para sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	SITUAÇÃO
	1	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA DIREITA	394530	Unidade	21	R\$ 10,59	R\$ 222,39	
	2	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA ESQUERDA	394530	Unidade	13	R\$ 10,59	R\$ 137,67	
	3	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA ESCADA	394530	Unidade	3	R\$ 10,59	R\$ 31,77	
	4	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA PRINCIPAL	394530	Unidade	9	R\$ 10,59	R\$ 95,31	
1								Exclusivo ME /EPP (I, Art. 48, LC 123/06)

5	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - ALARME SONORO	396043	Unidade	4	R\$ 11,65	R\$ 46,60
6	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - ALARME DE INCÊNDIO	396043	Unidade	4	R\$ 11,65	R\$ 46,60
7	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - EXTINTOR DE INCÊNDIO	396043	Unidade	26	R\$ 11,65	R\$ 302,90
8	Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - HIDRANTE DE PAREDE	396043	Unidade	5	R\$ 11,65	R\$ 58,25
9	luminária de emergência	624048	Unidade	35	R\$ 24,51	R\$ 962,85
10	central de alarme endereçável de incendio	620172	Unidade	1	R\$ 8.414,30	R\$ 8.414,30
11	programador de endereços para central de alarme	615209	Unidade	2	R\$ 569,06	R\$ 1.138,12
12	detector de fumaça óptico endereçável	622231	Unidade	91	R\$ 153,63	R\$ 13.980,33
13	sirene áudiovisual endereçavel	469189	Unidade	6	R\$ 185,90	R\$ 1.115,40
14	acionador manual endereçavel	248302	Unidade	6	R\$ 162,73	R\$ 976,38
15	modulo isolador de laço	458340	Unidade	2	R\$ 135,98	R\$ 271,96
16	modulo de saída monitorado	622765	Unidade	2	R\$ 224,64	R\$ 449,28

2	17	mangueira de incêndio	390206	Unidade	8	R\$ 453,30	R\$ 3.626,40	Ampla Concorrência
	18	acionador manual (boteira) tipo quebra-vidro, p/incêndio	224356	Unidade	4	R\$ 141,36	R\$ 565,44	
	19	avisador sonoro tipo sirene para incêndio	224346	Unidade	4	R\$ 296,18	R\$ 1.184,72	
	20	bomba para incêndio a diesel	630546	Unidade	1	R\$ 3.399,23	R\$ 3.399,23	
	21	bomba para incêndio jockey 2cv	631247	Unidade	1	R\$ 3.309,72	R\$ 3.309,72	
	22	botoeira para bomba de incêndio	224356	Unidade	1	R\$ 122,43	R\$ 122,43	
	23	esguicho tipo jato solido	304620	Unidade	1	R\$ 198,93	R\$ 198,93	
	24	Quadro de comando para 2 bombas de incêndio de 5 cv	628081	Unidade	1	R\$ 7.142,54	R\$ 7.142,54	
	25	tampa de ferro fundido (40x50cm) para cx. incêndio, cast iron ou similar	432710	Unidade	1	R\$ 433,53	R\$ 433,53	
	26	união tipo storz	339173	Unidade	4	R\$ 135,24	R\$ 540,96	
	27	cabo blindado para alarme e detecção de incêndio 4 x 1,5mm2	458360	Metros	600	R\$ 22,12	R\$ 13.272,00	
	TOTAL						R\$ 62.046,01	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses podendo ser prorrogado, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O critério de julgamento será pelo o MENOR PREÇO por item.

1.6. Em caso de divergência entre as descrições dos itens deste Termo de Referência e do CATMAT do compras governamentais, prevalecerão as deste Termo.

1.7. A presente contratação observa o princípio da padronização, nos termos do art. 40, V, 'a', da Lei nº

14.133/2021, utilizando descrições padronizadas constantes do Catálogo de Materiais (CATMAT), do Catálogo Eletrônico de Padronização e das minutas da AGU, assegurando compatibilidade técnica, racionalidade e economicidade.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000017/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 41;

IV) Classe/Grupo: 6350 - SISTEMAS DIVERSOS DE SINALIZAÇÃO, ALARME E DETECÇÃO PARA SEGURANÇA;

V) Identificador da Futura Contratação: 200398-42/2025

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. No entanto, segue a descrição detalhada por item:

3.3. A divisão e o agrupamento dos itens da presente licitação, cujo objeto é a **aquisição de materiais e equipamentos para sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio**, destinados à Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) e às suas unidades descentralizadas, foram definidos com base em critérios técnicos, operacionais, administrativos e econômicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

3.4. O agrupamento considerou a afinidade funcional e a interdependência técnica entre os componentes que integram os sistemas de segurança contra incêndio, tais como sinalização, iluminação de emergência, dispositivos de detecção, centrais de alarme, acionadores manuais, sirenes, bombas, hidrantes, mangueiras, quadros de comando, cabos e demais acessórios, cuja correta operação depende de compatibilidade, padronização e integração.

3.5. A contratação conjunta desses itens reduz riscos de incompatibilidade técnica, facilita a instalação, a manutenção e a fiscalização, além de assegurar a uniformidade dos sistemas implantados nas diversas unidades da SR/PF/PE, atendendo às normas técnicas e às exigências legais aplicáveis às edificações públicas. Sob o aspecto administrativo, o agrupamento contribui para a racionalização dos procedimentos licitatórios, a redução da quantidade de contratos e a simplificação da gestão e da fiscalização contratual. Do ponto de vista econômico, possibilita ganhos de escala, maior atratividade para fornecedores especializados e melhores condições comerciais, sem prejuízo à competitividade do certame.

3.6. Ademais, a forma adotada viabiliza o atendimento simultâneo às demandas da sede e das unidades descentralizadas, garantindo agilidade na reposição e na manutenção dos sistemas, essenciais à preservação da vida, do patrimônio público e à continuidade das atividades institucionais. Dessa forma, a divisão e o agrupamento dos itens mostram-se adequados, razoáveis e alinhados ao interesse público, não caracterizando fracionamento indevido nem restrição injustificada à competitividade, mas promovendo eficiência, economicidade, padronização e segurança operacional.

### 3.6.1. ITEM 1 – Placa de sinalização de segurança contra incêndio - INDICAÇÃO DE SAÍDA DIREITA



3.6.2.

- CATMAT: 394530

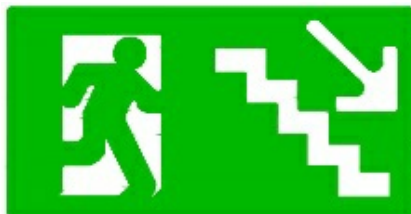
- Dimensões: 130 mm x 260 mm (13 x 26 cm), espessura 2 mm.
- Material: PVC rígido antichama com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa conforme classes de luminância mínima estabelecidas na NBR 13434.
- Resistências/Acabamento: Superfície lisa com alta definição de impressão, resistente à umidade, abrasão, produtos de limpeza neutros e risco mecânico leve.
- Fundo verde para sinalização de orientação e salvamento.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- Fixação: Adesivo industrial dupla face ou furação.

• 3.6.3. **ITEM 2 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA ESQUERDA**



- 3.6.4.
- CATMAT: 394530
- Dimensões: 130 mm x 260 mm (13 x 26 cm), espessura 2 mm.
- Material: PVC rígido antichama com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa conforme classes de luminância mínima estabelecidas na NBR 13434.
- Resistências/Acabamento: Superfície lisa com alta definição de impressão, resistente à umidade, abrasão, produtos de limpeza neutros e risco mecânico leve.
- Fundo verde para sinalização de orientação e salvamento.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- Fixação: Adesivo industrial dupla face ou furação.

• 3.6.5. **ITEM 3 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA ESCADA**



- 3.6.6.
- CATMAT: 394530
- Dimensões: 130 mm x 260 mm (13 x 26 cm), espessura 2 mm.
- Material: PVC rígido antichama com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa conforme classes de luminância mínima estabelecidas na NBR 13434.
- Resistências/Acabamento: Superfície lisa com alta definição de impressão, resistente à umidade, abrasão, produtos de limpeza neutros e risco mecânico leve.
- Fundo verde para sinalização de orientação e salvamento.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- Fixação: Adesivo industrial dupla face ou furação.

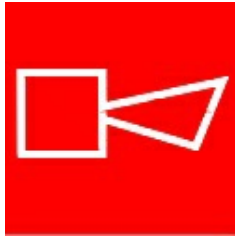
• 3.6.7. **ITEM 4 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - INDICAÇÃO DE SAÍDA PRINCIPAL**



- 3.6.8.
- CATMAT: 394530
- Dimensões: 130 mm x 260 mm (13 x 26 cm), espessura 2 mm.

- Material: PVC rígido antichama com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa conforme classes de luminância mínima estabelecidas na NBR 13434.
- Resistências/Acabamento: Superfície lisa com alta definição de impressão, resistente à umidade, abrasão, produtos de limpeza neutros e risco mecânico leve.
- Fundo verde para sinalização de orientação e salvamento.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- Fixação: Adesivo industrial dupla face ou furação.

• 3.6.9. **ITEM 5 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - ALARME SONORO**



- 3.6.10.
- CATMAT: 396043
- Dimensões: 200 mm x 200 mm (20 x 20 cm)
- Espessura: 2 mm
- Material: PVC rígido antichama, com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Resistência ao Fogo: Conforme requisitos da NBR 13434 e IT 20/2017.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa em conformidade com as classes de luminância mínima da NBR 13434.
- Acabamento e Resistência: Superfície lisa, resistente à umidade, abrasão e produtos de limpeza neutros.
- Fixação: Furação ou adesivo dupla face industrial, garantindo aderência em superfícies lisas.
- Fundo Vermelho: Para sinalização de equipamentos de combate a incêndio.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- 3.6.11. **ITEM 6 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - ALARME DE INCÊNDIO**



- 3.6.12.
- CATMAT: 396043
- Dimensões: 200 mm x 200 mm (20 x 20 cm)
- Espessura: 2 mm
- Material: PVC rígido antichama, com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Resistência ao Fogo: Conforme requisitos da NBR 13434 e IT 20/2017.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa em conformidade com as classes de luminância mínima da NBR 13434.
- Acabamento e Resistência: Superfície lisa, resistente à umidade, abrasão e produtos de limpeza neutros.
- Fixação: Furação ou adesivo dupla face industrial, garantindo aderência em superfícies lisas.
- Fundo Vermelho: Para sinalização de equipamentos de combate a incêndio.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.
- 3.6.13. **ITEM 7 – Placa de sinalizacao de seguranca contra incendio - EXTINTOR DE INCÊNDIO**



- 3.6.14.
- CATMAT: 396043
- Dimensões: 200 mm x 200 mm (20 x 20 cm)
- Espessura: 2 mm
- Material: PVC rígido antichama, com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Resistência ao Fogo: Conforme requisitos da NBR 13434 e IT 20/2017.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa em conformidade com as classes de luminância mínima da NBR 13434.
- Acabamento e Resistência: Superfície lisa, resistente à umidade, abrasão e produtos de limpeza neutros.
- Fixação: Furação ou adesivo dupla face industrial, garantindo aderência em superfícies lisas.
- Fundo Vermelho: Para sinalização de equipamentos de combate a incêndio.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.

• 3.6.15. **ITEM 8 – Placa de sinalização de segurança contra incêndio - HIDRANTE DE PAREDE**



- 3.6.16.
- CATMAT: 396043
- Dimensões: 200 mm x 200 mm (20 x 20 cm)
- Espessura: 2 mm
- Material: PVC rígido antichama, com tratamento fotoluminescente de alta performance.
- Normas Aplicáveis: ABNT NBR 13434 e IT 20/2017 do Corpo de Bombeiros.
- Resistência ao Fogo: Conforme requisitos da NBR 13434 e IT 20/2017.
- Fotoluminescência: Deve garantir visibilidade mínima de 30 minutos após a ausência de luz, com intensidade luminosa em conformidade com as classes de luminância mínima da NBR 13434.
- Acabamento e Resistência: Superfície lisa, resistente à umidade, abrasão e produtos de limpeza neutros.
- Fixação: Furação ou adesivo dupla face industrial, garantindo aderência em superfícies lisas.
- Fundo Vermelho: Para sinalização de equipamentos de combate a incêndio.
- Pictogramas padronizados conforme a NBR 13434.

3.6.17. **ITEM 9 – Luminária de Emergência**

- **CATMAT: 624048**
- Tensão: Bivolt (funciona em 127 V e 220 V).
- Potência: 2 W.
- Fluxo luminoso: 50–100 lm.
- Temperatura de cor: 6500 K (branco frio).
- IRC  $\geq$  70: Qualidade de cor aceitável.
- Vida útil: 15.000 h.
- Grau de proteção: IP20 (uso interno, sem proteção contra água).
- Temperatura de operação: -40 °C a +55 °C (ampla faixa).
- 3.6.18. **ITEM 10 – Central de Alarme Endereçável de Incêndio**
- CATMAT: 620172 Laços: até 04 (quatro) laços endereçáveis (Classe A ou B).

- Capacidade mínima: 250 dispositivos endereçáveis por laço.
- Topologia: Classe A ou B (selecionável por laço).
- Interface:
- Display LCD gráfico em Português ( $\geq 40$  caracteres).
- Sinótico por planta/pavimento, com indicação dinâmica por ponto endereçável.
- Menus intuitivos.
- Programação via software gratuito do fabricante.
- Comunicação:
- Protocolo digital endereçável, aceitando nomeação de pontos e setorização.
- Conexão com repetidoras e interligação (+ até 16 centrais) no mesmo sistema, quando aplicável.
- Funções:
- Supervisão contínua dos laços e dispositivos.
- Registro de eventos (alarme, falha, supervisão, operação) com retenção até reset manual.
- Alarmes, avarias (defeito individual e geral), fuga à terra.
- Falha de bomba monitorada via módulo/entrada supervisionada.
- Testes integrados: LEDs/buzzer, testes de laços/dispositivos e supervisão de tensões/correntes AC/DC.
- Saídas auxiliares: relés NA/NF e 24 Vcc / 1 A.
- Fonte de energia:
- Bivolt 100–240 Vac; saída 24 Vdc (fonte chaveada).
- Autonomia:
- $\geq 24$  h em supervisão +  $\geq 15$  min em alarme, com duas baterias 12 V / 7 Ah
- Gabinete:
- Aço carbono pintado epóxi, IP40, padrão RAL 7032; manutenção sem remoção e acesso frontal a instrumentos/controles/bornes.
- Conformidade:
- Deve funcionar sem baterias (operando em CA, com indicação de falha), sem prejuízo da autonomia quando houver falta de CA.
- Deve permitir acesso com níveis de senha, com dois estágios de operação:
- Estágio 1 = reset/inibição sonora apenas;
- Estágio 2 = manipulação dos controles de módulos/circuitos.
- Aterramento/equipotencialização conforme ABNT NBR 5410 (BEP/malha de terra; partes metálicas no mesmo referencial).
- Atender integralmente à ABNT NBR 17240 (SADI: projeto, instalação, comissionamento e manutenção).
- Invólucro conforme ABNT NBR IEC 62208; grau IP conforme ABNT NBR IEC 60529.
- Compatibilidade:
- Detectores, acionadores, sirenes e módulos endereçáveis (mercado nacional), com identificação digital individual (IDI) em laço.
- Proteções:
- Surtos: aplicar DPS Classe II na entrada de energia (NBR IEC 61643-11) e DPS para linhas de sinal/dados nos laços/rede (NBR IEC 61643-21); coordenar níveis Uc/Up conforme NBR 5410.
- Fabricantes (referência): Walmonof, Abafire, Deltafire ou equivalente, desde que atenda integralmente a esta especificação e às normas citadas.

### 3.6.19. **ITEM 11 – Programador de Endereços para Central**

- **CATMAT: 615209**



- Tipo: Programador portátil de endereços para sistemas de alarme de incêndio endereçáveis.
- Função: Dispositivo para gravar e ler endereços de detectores, acionadores e sirenes endereçáveis, agilizando comissionamento, manutenção e reparo do sistema.
- Operações:
- Gravação de novos endereços (com opção auto-incremento).
- Leitura de endereços já gravados.
- Identificação do tipo de dispositivo
- Teste de comunicação com o dispositivo e indicação de erro
- Memória interna para histórico das últimas operações
- Interface:
- Display digital simples com botões de navegação intuitivos; mensagens em português.
- Indicador de bateria e atualização de firmware
- Alimentação:
- Tensão: 6 V.
- Fonte: 4 pilhas AA alcalinas ou recarregáveis.
- Condições de operação:
- Temperatura:  $-10\text{ }^{\circ}\text{C}$  a  $+50\text{ }^{\circ}\text{C}$ .
- Umidade relativa: até 95% (a  $40\text{ }^{\circ}\text{C} \pm 2\text{ }^{\circ}\text{C}$ ).
- Grau de proteção: IP20 (uso interno).
- Material:
- ABS de alta resistência, cor branca.
- Dimensões:  $\approx 170 \times 60 \times 30\text{ mm}$ .
- Peso:  $\approx 225\text{ g}$ .
- Garantia: mínima de 12 meses.
- Compatibilidade: Deve ser compatível com os dispositivos endereçáveis e protocolo da central especificada (ex.: Walmonof, Abafire, Deltafire ou equivalente).
- Acessórios obrigatórios (fornecimento):
- Cabos/adaptadores para conexão aos diferentes soquetes (bases de detectores) e borneamento de acionadores/sirenes, conforme fabricante.
- Manual do usuário e guia de procedimentos de leitura/gravação.

### 3.6.20. **ITEM 12 – Detector de Fumaça Óptico Endereçável**

- **CATMAT: 622231**
- Tipo: Detector automático de fumaça endereçável, tecnologia fotoelétrica.
- Função: Detecção automática de partículas de fumaça, permitindo a identificação precisa do ponto de incêndio.
- Tecnologia: Fotoelétrico (óptico) com feixe infravermelho.
- Tensão de operação: 22 a 28 Vcc (nominal 24 Vcc).
- Supervisão:  $\leq 2\text{ mA}$
- Alarme:  $\leq 30\text{ mA}$
- Área de cobertura: Até  $81\text{ m}^2$  (teto até 8 m de altura).
- Sensibilidade: 4,8 a 5,5% ft (ISO 7240-7).
- Indicação visual:
- LED verde piscante (supervisão)
- LED vermelho fixo (alarme) com visibilidade  $360^{\circ}$
- Endereçamento: Conforme método da marca/linha da central (item 10)
- Protocolo: Compatível com centrais endereçáveis.
- Teste: Via chave magnética (reed switch).
- Material: ABS branco.
- Grau de proteção: IP20 (uso interno).
- Dimensões:  $\varnothing 98\text{ mm} \times 45\text{ mm}$ .
- Peso: Aproximadamente 150 g.
- Temperatura de operação:  $-10\text{ }^{\circ}\text{C}$  a  $+55\text{ }^{\circ}\text{C}$ .
- Umidade: Até 95% sem condensação.
- Protocolo: Compatível com a central especificada (ITEM 10), da mesma marca/linha, operando no mesmo barramento/protocolo proprietário (ex.: CIE/linha 520; CWMP; ESP; 3-fios ILUMAC), incluindo método de endereçamento (via software/aplicativo ou via programador portátil da marca)

### 3.6.21. **ITEM 13 – Sirene Audiovisual Endereçável**

- **CATMAT: 469189**

- Tipo: Dispositivo audiovisual endereçável de sinalização de incêndio.
- Função: Emitir alerta sonoro e visual para evacuação em casos de incêndio.
- Pressão sonora:  $\geq 95$  dB a 1 metro.
- Sinalização visual: LEDs vermelhos estroboscópicos ( $\geq 60$  flashes/min).
- Tensão de operação: 20 a 30 Vcc.
- Supervisão:  $\leq 2$  mA
- Alarme:  $\leq 40$  mA
- Endereçamento: Conforme método da marca/linha da central (item 10)
- Material: ABS vermelho.
- Grau de proteção: IP20 (interno) – versões externas IP66 aceitáveis.
- Dimensões: Aproximadamente 114 x 133 x 45 mm.
- Peso: Aproximadamente 150 g.
- Temperatura de operação: 0 °C a +55 °C.
- Umidade: Até 95% sem condensação.

#### 3.6.22. **ITEM 14 – Acionador Manual Endereçável**

- **CATMAT: 248302**
- Tipo: Acionador manual endereçável rearmável.
- Função: Permitir o acionamento manual do sistema de alarme de incêndio.
- Método de operação: Pressão sobre placa acrílica com inscrição “APERTE AQU”.
- Tensão de operação: 20 a 30 Vcc.
- Supervisão:  $\leq 0,25$  mA
- Alarme:  $\leq 5$  mA
- Endereçamento: Conforme método da marca/linha da central (item 10)
- Indicação visual:
- LED verde (supervisão)
- LED vermelho (alarme)
- Instalação: 2 fios sem polaridade – Classe A ou B.
- Tipo A – operação direta (rearmável por chave) conforme ABNT NBR ISO 7240-11;
- Material: ABS vermelho resistente a UV e impacto.
- Dimensões: 92 x 92 x 38 mm.
- Peso: Aproximadamente 125 g.
- Grau de proteção: IP20.
- Temperatura: -10 °C a +55 °C.
- Umidade: Até 95% sem condensação.

#### 3.6.23. **ITEM 15 – Módulo Isolador de Laço**

- **CATMAT: 458340**
- Tipo: Isolador automático de curto-circuito para laço endereçável.
- Função: Isolar automaticamente o trecho do laço em curto, mantendo o restante do sistema operante.
- Tensão de operação: 18 a 30 Vcc.
- Supervisão:  $\leq 1$  mA
- Em curto:  $\leq 20$  mA
- Indicação visual: LED amarelo ou vermelho.
- Instalação: 2 fios de entrada e 2 fios de saída – Classe A ou B.
- Material: ABS com proteção UV.
- Grau de proteção: IP20.
- Dimensões: 80 x 80 x 37 mm.
- Peso: 90 a 125 g.
- Temperatura: -10 °C a +50 °C.
- Umidade: Até 95% sem condensação.
- Garantia: Mínima de 12 meses.

#### 3.6.24. **ITEM 16 – Módulo de Saída Monitorado**

- **CATMAT: 622765**
- Tipo: Módulo endereçável de saída monitorada com contato seco.
- Função: Acionar dispositivos externos com supervisão da linha.
- Tensão: 8 a 30 Vcc.

- Supervisão:  $\leq 0,3$  mA
- Alarme:  $\leq 15$  mA
- Saída:
- Contato seco NA/NF
- Capacidade: 2 A 24 Vcc ou 1 A 120 Vac
- Retorno: Entrada de feedback.
- Endereçamento: Conforme método da marca/linha da central (item 10)
- Indicação: LED vermelho (pisca/fixo).
- Instalação: Classe A ou B.
- Material: ABS branco ou cinza.
- Dimensões: 85 x 85 x 40 mm.
- Peso: Aproximadamente 125 g.
- Grau de proteção: IP20.
- Normas: ABNT NBR 17240 / ISO 7240-18.
- Garantia: 12 meses.

### 3.6.25. **ITEM 17 – Mangueira de Incêndio**

- **CATMAT: 390206**
- Tipo: Tipo 2 – uso comercial e industrial.
- Comprimento: 15 m.
- Diâmetro interno: 1½” (38 a 40 mm).
- Revestimento externo: Poliéster de alta tenacidade.
- Revestimento interno: Borracha EPDM.
- Uniões: Tipo Storz em latão.
- Pressões:
- Trabalho: 14 kgf/cm<sup>2</sup>
- Teste: 28 kgf/cm<sup>2</sup>
- Ruptura:  $\geq 42$  kgf/cm<sup>2</sup>
- Temperatura: -10 °C a +55 °C.
- Certificação: NBR 11861 / NBR 12779 / INMETRO.

### 3.6.26. **ITEM 18– Acionador Manual (Botoeira) Tipo Quebra-Vidro**

- **CATMAT: 224356**
- Tipo: Quebra-vidro manual.
- Tipo B – operação indireta pela NBR ISO 7240-11
- Tensão: 12 ou 24 Vcc.
- Supervisão: 0,3 a 0,5 mA
- Alarme: 10 a 50 mA
- Material: ABS vermelho + vidro ou acrílico.
- Indicação: LED verde/vermelho.
- Dimensões: 102 x 102 x 50 mm.
- Rearme: Manual com reposição do vidro.
- Grau de proteção: IP20.
- Normas: NBR 17240 / ISO 7240.

### 3.6.27. **ITEM 19 – Avisador Sonoro Tipo Sirene para Incêndio**

- **CATMAT: 224346**
- Tipo: Sirene eletrônica piezoelétrica ou audiovisual.
- Compatível com o item 10.
- Tensão: 12 ou 28 Vcc.
- Pressão sonora: 90 a 105 dB.
- Sinalização visual: LED, estrobo, pulsante.
- Material: ABS vermelho.
- Grau de proteção: IP20 ou IP66.
- Temperatura: -10 °C a +55 °C.
- Normas: NBR 17240 / ISO 7240-3 e 7240-23.

3.6.28. **ITEM 20 – Bomba para Incêndio a Diesel (Principal)**

- **CATMAT: 630546**
- Tipo: Motobomba a diesel em sucção afogada (pressão positiva).
- Potência: 5 CV.
- Vazão: 35 a 36 m³/h.
- Altura manométrica: Até 25 m.c.a.
- Curva: compatível com NFPA 20, shut-off  $\leq 140$  % da pressão nominal; a 150 % da vazão, pressão  $\geq 65$  % da nominal.
- Sucção/Recalque: flange PN 16/ANSI; diâmetro de sucção dimensionado para  $v \leq 1,8$  m/s; trecho reto, redutor excêntrico topo plano e arranjo anti-turbulência.
- Motor: potência nominal com folga para o ponto  $\geq 6-7$  cv
- Conexões: 2" BSP.
- Reservatório com automomia conforme NT/IT do CB, bateria dupla, painel controlador, válvula de recirculação e arrefecimento por radiador/trocador.
- Tanque: 8 a 10 L.
- Peso: 45 a 55 kg.
- Norma: ABNT NBR 13714.

3.6.29. **ITEM 21 – Bomba para Incêndio Jockey**

- **CATMAT: 631247**
- Tipo: Bomba compensadora de pressão.
- Potência: 2 CV.
- Tensão: 220/380 V trifásico.
- Sucção/Recalque: 1" BSP.
- Vazão máx.: compatível com o sistema
- Rotação: 3.500 rpm.
- Material: Ferro fundido e inox.
- Norma: ABNT NBR 13714.

3.6.30. **ITEM 22 – Botocira de Partida Manual para Bomba de Incêndio**

- **CATMAT: 224356**
- Tipo: Botocira manual travante de partida com tampa de proteção acrílica e trava contra acionamento acidental.
- Material: ABS antichama com tampa acrílica transparente com dispositivo de ruptura/levantamento.
- Contato: NA/NF.
- Corrente: 6 A a 10 A.
- Fixação: Caixa 4x2 ou 4x4.
- Grau de proteção: IP20 (interno).

3.6.31. **ITEM 23 – Esguicho Regulável Jato Sólido e Neblina**

- **CATMAT: 304620**
- Tipo: Agulheta de jato sólido.
- Material: Latão fundido.
- Engate: Storz 2½".
- Orifício: 19 mm.
- Pressão: 5 a 14 kgf/cm².
- Normas: NBR 14349 e NBR 6941.

3.6.32. **ITEM 24 – Quadro de Comando para 2 Bombas de Incêndio**

- **CATMAT: 628081**
- Tipo: Quadro elétrico de comando para 2 bombas.
- Tensão: 220 V trifásico.
- Potência controlada: Até 2 bombas de 5 CV.
- Compatível com os itens 20 e 21
- Partida: Direta.
- Normas: NBR 13714, NR-10, NR-12 e NFPA 20.
- Caixa: Metálica IP40, pintura epóxi vermelha.

### 3.6.33. ITEM 25 – Tampa de Ferro Fundido (40x50cm)

- **CATMAT: 432710**
- Material: Ferro fundido cinzento ou nodular.
- Dimensão: 40 x 50 cm.
- Classe: A15 (opção B125).
- Acabamento: Pintura betuminosa.
- Peso: 7 a 12 kg.
- Normas: NBR 13714 / EN 124.

### 3.6.34. ITEM 26 – União Tipo Storz

- **CATMAT: 339173**
- Tipo: União de engate rápido tipo Storz.
- Aplicação: Mangueiras de 1½”.
- Material: Latão ou alumínio.
- Vedação: Anel de borracha.
- Norma: ABNT NBR 14349.

### 3.6.35. ITEM 27 – Cabo Blindado para Alarme e Detecção

- **CATMAT: 458360**
- Tipo: Cabo blindado para sistemas de incêndio.
- Vias: 4 condutores de 1,5 mm².
- Conductor: Cobre eletrolítico nu – classe 5.
- Isolação: PVC BWF antichama – até 105 °C.
- Blindagem: Fita aluminizada + dreno em cobre estanhado.
- Cobertura: PVC antichama vermelho.
- Tensão nominal: 600 V.
- Temperatura de operação: -10 °C a +105 °C.
- Resistência: ~14 Ω/km.
- Diâmetro externo: ~8,5 mm.
- Peso: ~11,5 kg/100 m.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. **Eficiência no uso de recursos:** Os produtos devem ser selecionados e fornecidos de forma a minimizar o consumo de energia, água e outros insumos, bem como reduzir desperdícios ao longo de todo o ciclo de vida.

4.1.2. **Redução de impactos ambientais:** Priorizar materiais recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, evitando produtos que contenham substâncias nocivas ao meio ambiente.

4.1.3. **Embalagens sustentáveis:** Sempre que possível, utilizar embalagens recicláveis ou retornáveis, evitando excessos e promovendo a logística reversa.

4.1.4. **Gestão de resíduos:** O fornecedor deve apresentar medidas para destinação adequada de resíduos gerados no fornecimento ou durante o uso dos produtos.

4.1.5. **Eficiência logística:** O transporte e entrega dos materiais devem ser planejados de forma a reduzir emissões de gases poluentes e otimizar rotas, minimizando deslocamentos desnecessários.

4.1.6. **Critérios sociais e éticos:** Dar preferência a fornecedores que respeitem normas trabalhistas, promovam condições de trabalho seguras e que adotem práticas de responsabilidade social.

4.1.7. **Transparência e rastreabilidade:** Todos os produtos e insumos fornecidos devem permitir rastreabilidade quanto à origem, composição e conformidade com normas ambientais e de segurança.

### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) envio da nota de empenho, em remessa única.
- 5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
- 5.2.1. Os itens deverão ser entregues no Centro de Treinamento da Polícia Federal, endereço BR-101, S/N - KM 69,8 - Curado, Recife/PE, CEP 51240-340

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e

termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de

penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero vírgula **cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20%** (**vinte** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10%** (**dez** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5%** (**cinco** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15%** (**quinze** por cento) a **30%** (**trinta** por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e



autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123,

de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

#### **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/12/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: A presente contratação direta está amparada no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que prevê a dispensa de licitação em razão do valor, para outros serviços e compras, quando o montante não ultrapassar o limite legal.

#### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral para todos os itens.

## **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.24.
- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

- 9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões, atestados ou notas fiscais emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados ou notas fiscais deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.31.2. Em observância ao art. 67, §1º, a exigência de quantitativos mínimos em atestados restringe-se exclusivamente às parcelas de maior relevância abaixo listadas, identificadas por representarem  $\geq 4\%$  do valor total estimado da contratação. Os percentuais foram fixados de forma proporcional à complexidade e ao risco do fornecimento, visando assegurar a execução sem restringir indevidamente a competitividade, e não superam 50%, conforme §2º do mesmo artigo.
- 9.31.2.1. Grupo 2: atestado de fornecimento de pelo menos: 1 unidade de central de alarme endereçável de incêndio ou 1 unidade de quadro de comando para 2 bombas de incêndio
- 9.31.3. Justificativa técnica da exigência (itens acima):
- (i) Materialidade: cada item listado representa parcela  $\geq 4\%$  do valor global estimado;

- (ii) Risco/complexidade: percentuais calibrados conforme natureza do bem (consumo padronizado: 30%);
- (iii) Proporcionalidade legal: limites e foco em quantitativo mínimo nos termos dos §§1º e 2º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

9.31.4. Para os itens não contemplados no subitem 9.31.2, não será exigido quantitativo mínimo. Bastará atestado de aptidão para fornecimento de bens similares e de complexidade equivalente ou superior ao item, em consonância com o art. 67.

9.31.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 62.046,01 (sessenta e dois mil quarenta e seis reais e um centavo)**, conforme custos unitários apostos na tabela 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.2.1. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.2. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.3. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação

#### **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

#### **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.





Documento assinado eletronicamente por **JOSE VITOR DA SILVA MACEDO**, **Chefe de Núcleo**, em 18/12/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=144021858&crc=07E629D5](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=144021858&crc=07E629D5).

Código verificador: **144021858** e Código CRC: **07E629D5**.